

POR UMA RACIONALIDADE EDUCATIVA DESPOSITIVIZADA NA PRÁXIS DO PEQUENO AGRICULTOR E DO EXTENSIONISTA RURAL*

Ari Paulo Jantsch**

Resumo: O presente trabalho reflete a problemática **(des)positivização** do pensamento no encontro educativo do pequeno agricultor e do extensionista rural. Para tanto, o autor realiza a crítica da positivização do pensamento que apreende e reflete a relação trabalho-educação nos mundos de vivência do pequeno agricultor e do extensionista rural e explicita a possibilidade de uma racionalidade educativa despositivizada na intersecção dos dois mundos de vivência. Nesse sentido, o conceito **qualidade biológica superior**, apreendido pela (agro)ecologia, constitui a ruptura paradigmática necessária à relação trabalho-educação despositivizada.

Palavras-chave: (Des)positivização, qualidade biológica superior, complexidade, comunicação, interdisciplinaridade.

* A temática faz parte dos estudos pós-doutorais do autor (realizados no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, entre dezembro de 2001 a novembro de 2002). Texto apresentado na IV ANPED SUL, realizada nos dias 26 a 29 de novembro de 2002 – Florianópolis/SC.

** Professor do Departamento de Estudos Especializados - EED do Centro de Ciências da Educação - CED da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e professor NDR6 do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. E-mail: apjantsch@terra.com.br

Introdução

Partimos da noção teórico-metodológica da intersecção dos mundos de vivência¹ do extensionista rural e do pequeno agricultor no atual contexto rural². Observações de campo permitem constatar que tal intersecção é, ainda, fortemente marcada pela *positivização do pensamento* que apreende e reflete a relação homem-natureza mediante o trabalho, o que constitui *problema* para a afirmação da (agro)ecologia no espaço-tempo da vivência dos sujeitos em questão.

A nosso ver, a noção de *mundos de vivência* desautoriza qualquer pretensão de verdade única, de paradigma totalitário e de racionalidade fechada. Além disso, em se tratando de dois mundos que guardam entre si uma zona de vivência comum (convivência marcada também pela alteridade), a comunicação passa a ser um elemento referente para a totalidade dos sujeitos. Não se trata, aqui, de uma comunicação unidirecional, mas com a marca do diálogo (instituinte de um espaço-tempo onde os diferentes sujeitos possam qualificar o seu mundo de vivência específico e o mundo de vivência diferente).

Cogitamos que face a atual materialidade histórica, com os múltiplos avanços científico-tecnológicos, o redimensionamento do tempo e do espaço, a reconfiguração dos territórios e dos cenários, a *complexidade* se torna conceito fundamental, exemplarmente devido ao fato de que na intersecção vivencial dos dois mundos de vivência em questão não há mais como deixar de centrar o paradigma da (agro)ecologia, embora ainda estejamos um tanto perplexos com o fracasso da Agenda Rio + 10 em Johannesburg, África do Sul (setembro de 2002). Se a agenda mundial pró-inteireza do meio ambiente tem extremas dificuldades de afirmação, o mesmo não acontece nas instâncias vivenciais do pequeno agricultor que já não pode mais produzir sem um diálogo prenhe de razão aberta (despositivizada) pelo menos com a mãe natureza (*Gaia*)³.

Nos itens a seguir, pretendemos, nos limites de um artigo, explicitar alguns elementos teórico-metodológicos capazes de contribuir para a instituição de *uma racionalidade educativa despositivizada* no espaço-tempo em questão.

Racionalidade educativa despositivizada na práxis dos pequenos agricultores e extensionistas rurais: complexidade e comunicação

Levando em conta os avanços do pensamento e dos construtos científico-tecnológicos, sobretudo no que se refere à (agro)ecologia, o espaço-tempo da intersecção dos dois mundos vivenciais em questão não tem mais como ignorar a racionalidade educativa despositivizada (envolvendo basicamente o conhecimento e a natureza). A racionalidade em aberto impõe-se à medida que o problema (a positividade) por nós apreendido instiga também para além de um olhar interdisciplinar (presente em qualquer pacote científico-tecnológico), porquanto tal olhar não necessariamente afirma a quebra paradigmática implicada pelo conceito ECOLOGIA em sua total extensão. Tal racionalidade obriga, em outras palavras, a uma abertura, de modo que as diferentes disciplinas não apenas se ponham no nosso cenário de pesquisa e/ou extensão e de comunicação, mas se ponham criticamente e, portanto, sem qualquer pretensão de imperialismo epistemológico. Enfim, quando se trata da relação homem-natureza mediante o trabalho, especialmente no espaço-tempo do pequeno agricultor e sob a perspectiva ecológica, não há como avançarmos sem a contribuição já estabelecida pela teorização em torno da complexidade.

O problema, no nosso caso, diz respeito mais propriamente à adesão a possíveis paradigmas simplificadores, de modo a expulsar a complexidade do imaginário daqueles que atuam junto à natureza, enquanto tal, complexa. Isso se potencializa à medida que, segundo Morin (1981, p. 31), “[...] *o paradigma da simplificação não permite pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade, [...] só permite ver unidades abstractas ou diversidades abstractas*” (grifo nosso).

Contudo, se por um lado a reflexão em torno da complexidade se impõe na busca da despositivização em questão, de modo a superarmos o paradigma da simplificação, por outro, há de se considerar as mediações educativas inseridas numa totalidade histórico-social dialetizada, isto é, indeterminada, sempre aberta a novos mundos, a novas totalizações, sem pretensão de homogeneidade. No caso das

práxis em questão, como buscar a afirmação do paradigma (agro)ecológico se não pudermos compreender os mundos de vivência e as intersecções destes sem imaginarmos, por exemplo, o real enquanto uma totalidade contraditória e as nossas mediações educativas enquanto mediações também constituintes da totalidade contraditória? Isso posto, o holismo destituído de crítica, que engendra no imaginário coletivo e nos sujeitos em geral o senso de uma grande unidade indivisa contribui, também, para a permanência da racionalidade positivizada. Nesse sentido, o debate crítico da paradigmátologia no cenário em questão é fundamental. Assim, trata-se, mais concretamente, de pensar a transparadigmatologia, isto é, de exercermos uma razão que permite tanto o reconhecimento da totalidade contraditória quanto a necessidade do diálogo e da comunicação nas mediações que realizamos, especialmente no espaço-tempo das intersecções dos mundos de vivência. Nesse sentido, é válida a proposição de Morin quanto a uma noologia “que considere não só a organização e a vida das idéias em sistemas, teoria e doutrinas, não só a lógica, mas também a paradigmátologia” (1981, p. 31). Tal noologia tem a vantagem de nos fazer “considerar *a grande dificuldade que as teorias têm em [se] comunicar umas com as outras*” (p. 31-2) (grifo nosso). Nesse sentido, urge desparadigmatizar tais teorias, para que elas possam, a partir da “racionalidade do provisório” (PESSANHA, 1993), produzir a comunicação.

Podemos dizer que o recurso metodológico adequado para produzir tal desparadigmatização e permitir a comunicação sem ruídos e sem constrangimentos do extensionista rural com o pequeno agricultor seria o “estranhamento”⁴. Ele permite, entre outros, a um agrônomo, a um biólogo, a um veterinário, ao fazer-se presente entre os pequenos agricultores, perceberem a presença do paradigma da determinação em seus construtos, o absurdo de muitas proposições complicadas (não complexas), a incompletude de seu sistema de proposições teórico-metodológicas etc. A afirmação seguinte de Etges (1993, p. 18) é emblemática quanto à unilateralidade das construções filosófico-científicas enclausuradas em si mesmas: “Fora de seu próprio contexto, ele [o cientista] começa a ser capaz de colocar novas questões, que jamais lhe viriam à cabeça e agora lhe passam a sacudir o

seu pequeno mundo. Os pressupostos de sua teoria, de seu campo são rapidamente postos a nu”.

No caso de um agrônomo, por exemplo, que, em função dos constantes avanços das ciências biológicas e ante a afirmação progressiva, mas inexorável, do paradigma da (agro)ecologia – trata-se da sustentabilidade do planeta terra e das atividades agrícolas em qualquer região e no globo terrestre –, precisa continuar a sua formação e confrontar-se durante toda a carreira com o mundo vivencial específico dos agricultores, pois o estranhamento constitui material formativo exemplar. O estranhamento, assim, permite uma constante comunicação entre mundos vivenciais distintos – embora haja uma zona comum que designamos intersecção – e permite uma avaliação crítica de cada mundo vivencial. O agrônomo, na qualidade de extensionista, leva os seus conhecimentos acadêmicos ao pequeno agricultor e encontra nele a diferença necessária para poder, enfim, realizar a crítica das suas próprias certezas e/ou convicções acadêmicas, normalmente idealizadas em um pacote “perfeito” de conhecimentos científico-tecnológicos de caráter (pelo menos pressupostamente) interdisciplinar. Por outro lado, o pequeno agricultor, baseado na tradição e/ou no receituário pragmático e impositivo dos extensionistas agroindustriais capitalistas, consegue visualizar melhor os seus equívocos e acertos na práxis produtiva agrícola e, inclusive, desmascarar a “perfeição”, tanto da tradição quanto dos pacotes científico-tecnológicos recebidos pelos pesquisadores-extensionistas, exemplarmente dos agrônomos das mais variadas instituições voltadas ao mundo rural. O problema, no entanto, está no fato cultural de se buscar, reiteradamente, uma unidade indivisa, uma totalidade não-contraditória, uma relação trabalho-educação sem a crítica radical instituinte da despositivização etc. O estranhamento e a complexidade do real são como que instâncias – ainda – muitas vezes “perigosas” na intersecção entre os dois mundos de vivências mencionados.

A pretensão, no caso, é a de homogeneizar a concepção do real, a partir de uma postura teórico-metodológica com base em uma pretensa epistemologia universal, ou a partir do reducionismo disciplinar, próprio de uma ciência que se pretende modelar ou, ainda, a partir de uma prática que se pretende superior. Buscamos uma teoria e não

apenas uma contribuição disciplinar. Buscamos pensar a transformação e não a determinação (produtora de ações mutilantes). Buscamos, enfim, uma práxis educativa em que todos os sujeitos envolvidos reconhecem as múltiplas tensões e contradições em movimento e a abertura como princípio fundamental da comunicação entre os diferentes nos diferentes mundos de vivência.

O contexto, a partir do que falamos, evidencia a dificuldade de pensar e de nos contrapor ao conceito excludente de complexidade em voga no senso comum. Partindo-se da conceituação mutilante sobre complexidade – enquanto complicação – e aplicando-a à ciência, *exclui-se de antemão a possibilidade de os pequenos agricultores participarem dos processos que a ciência implica.*

O pequeno agricultor, nesse sentido, se constitui apenas em um **cliente**⁵ dos extensionistas (em grande parte agrônomos que não superaram o paradigma dos insumos e que, ocupando cargos em instituições comerciais, associativistas e extensionistas, limitam-se a dar receitas para aplicação de insumos aos pequenos agricultores) que representam as instituições (produtoras de insumos) que se “atreveram” e assumiram o “ônus” de fazer ciência e articulá-la com os artefatos tecnológicos, estes, expressão do paradigma do imediatismo-determinismo-insumos.

Em outras palavras, o pequeno agricultor não teria outra saída a não ser de permanecer refém do “paradigma institucional” (KUHN, 1975) – no caso **homogeneizador** (isto é, contrariamente ao “princípio da diversidade e da criatividade”) – hoje sob tutela das grandes indústrias de insumos para a agricultura (Bayer, Giba-Geisy, Monsanto, etc.) e das políticas governamentais (neoliberais) promotoras das *agrobusiness* privadas e monopolizadoras do mercado, seja em um espaço loco-regional, seja no cenário mundial, de modo a dissolver sem mais nem menos qualquer ato criador que signifique, especialmente, espaço-tempo loco-regional e diversidade sob a perspectiva da autonomia.

Tal paradigma – da produção e consumo de insumos, sob a aura da complicação e da linguagem logicamente perfeita – não é compatível com a (agro)ecologia ou a agricultura sustentável⁶ no tempo e no espaço, acessível ao pequeno agricultor tanto na participação

do processo de construção do conhecimento quanto no uso abrangente deste. A (agro)ecologia, assim, põe-se, em princípio, como um paradigma alternativo e possibilita a *articulação da teoria e da prática* pelo pequeno agricultor. Desaparece aqui o conceito de complexidade enquanto complicação. *Afirma-se*, por outro lado, *o conceito da "dificuldade de pensar", que é relativa a todos os homens, isto é, também aos cientistas e técnicos, aos pesquisadores e extensionistas, aos agentes formadores e políticos, aos intelectuais*. Inclusive *reconhece-se a dificuldade de comunicação*, tanto das idéias quanto da estrutura de pensamento. Aceita-se o princípio da interdisciplinaridade⁷ e a transparadigmatologia. Abre-se, enfim, o pensamento para novo(s) mundo(s), nova(s) realidade(s), construída(s) descentrada e coletivamente, e sob a marca da razão aberta, onde a tensão parte-todo possa ser assumida a partir do conceito da (agro)ecologia.

A tensão parte-todo nos é muito significativa. Como situarmos, no contexto mundial, global, internacional, o pequeno agricultor e os pesquisadores e extensionistas rurais? Ou, em que medida eles podem ser uma parte que é, ao mesmo tempo, expressão da totalidade? Como situarmos os mesmos sujeitos quando são expressão de alguma singularidade regional? Que mediações desenvolver para viver a alternativa frente à exclusão própria do capitalismo que não pode mais expandir o Estado de Bem-Estar Social e que não pode tolerar a singularidade e a diversidade enquanto possibilidades de história não-submetida, não-padronizada, não homogeneizada? O paradigma da agroecologia dá conta dessa tensão, com todas as implicações mencionadas? Nos itens restantes tentaremos responder de alguma maneira esta pergunta.

Quando a atuação institucional no meio rural indicia a despositivização

Relativo ao paradigma alternativo comprometido com a razão aberta em efetivação num contexto ampliado, marcado pela contradição, torna-se oportuno, a nosso ver, reproduzir, inicialmente, um trecho do nosso diálogo (1998) com um dos entrevistados, o agrônomo L.

R. Boemeke., ex-extensionista do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA – e atual extensionista da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS.

Ante as costumeiras “dúvidas” daqueles que também, costumeiramente, acusam os trabalhadores intelectuais que buscam a radicalidade da reflexão filosófica, comprometidos com um mundo melhor para todos, como sendo homens de discursos e de teorização abstratos, eis uma vivência pensada/realizada e que indicia de forma densa a despositivização. Vejamos o diálogo a seguir e que é, a nosso ver, elucidativo.

Ent.: “Qual é o conceito que o CAPA explicita sobre natureza, homem, relação homem-natureza? Que paradigma defende, que princípios básicos norteiam a atuação do CAPA, não só como assessoria técnica, mas como basicamente educativa, etc?”

Boemeke: “Bom [...] tu pediste, em poucas palavras, quase que um *tratado*”.

Ent.: “Em todo o caso, o CAPA tem ostentado, pelo que sei, um *paradigma alternativo* – a agroecologia – que é um paradigma alternativo em relação a toda a produção teórica e à assessoria técnica clássica na agricultura. Estou certo?”

Boemeke: “Correto! E diria que não só na parte da produção agrícola, como também na questão da alimentação e da saúde, [onde] trabalhamos a questão preventiva [...] Como o CAPA tem um público referencial de famílias de pequenos agricultores, de economia familiar, trabalhamos, sempre que possível [...] não só com os agricultores homens, mas também com as mulheres e os jovens. E não só a questão da produção, basicamente, mas tudo o que está em torno dessas famílias: suas características, sua cultura e as possibilidades de se conseguir avanços na organização desse produtor”.

Ent.: “Você se preocupa, em palavras gerais, com a *existência total* de um pequeno agricultor, de uma família de pequeno agricultor e de quem vive e trabalha no meio agrícola com pequenas propriedades”.

Boemeke: “Perfeito! Tanto é que a gente quer firmar, como uma marca que o meio rural é, um espaço de vida e *um espaço de vida rico*”.

O discurso do entrevistado revela a presença do denominado paradigma alternativo que, enquanto alternativo ao paradigma positivizado e positivante do imediatismo-determinismo-insumos, apreende o real em construção a partir da categoria da totalidade e do princípio epistemológico da complexidade: “pediste, em poucas palavras, quase que um tratado” – reconhecendo a dificuldade inerente a qualquer explicação, bem como a dificuldade de comunicação do paradigma, mesmo alternativo; “não só na parte da produção agrícola” – a existência do pequeno agricultor é um complexo de mediações/relações, não podendo ser reduzida a qualquer ação isolada; “não só com os ... homens...” – o conceito pequeno agricultor tem seu conteúdo estendido, assumindo, dentre outros, a diversidade na unidade e a unidade na diversidade: o pequeno agricultor (unidade) é a relação dinâmica constituída por homens, mulheres e crianças (diversidade/particularidade); “tudo o que está em torno dessas famílias” – trata-se de um complexo de articulações”; “um espaço de vida rico” – nenhuma tentativa de positivização esgota o potencial criador. O discurso nega, em tese, qualquer centramento, simplificação, redução, disjunção, autonomização, naturalização etc. Nesse sentido, constatamos, na proposta do alternativo, uma paradigmática que quebra a tendência de positivização própria dos paradigmas “normais”. A paradigmática, ao invés de tutelar o pensamento de modo a comprometer-lhe a racionalidade aberta (PESSANHA, 1993), permite a “transparadigmática” (MORIN, 1981). O discurso do CAPA, ontem na pessoa de Boemeke e ontem e hoje nas pessoas de outros extensionistas, nos dá esperanças de afirmação do paradigma desparadigmatizado (com uma racionalidade em aberto) da (agro)ecologia na atual tensão paradigmática no mundo do trabalho dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais.

Consideramos que a atuação pesquisante e extensionista das instituições e de seus agentes pesquisadores-extensionistas/educadores é marcada, no atual contexto, pela tensão paradigmática que se põe, preponderantemente, na disputa entre o paradigma do imediatismo-determinismo-insumos e o paradigma (agro)ecológico. A tensão vivida nesse cenário social caracteriza a contradição presente nas atividades, tanto de produção quanto de socialização do conhecimen-

to. Quando a tensão não imobiliza a pesquisa e a extensão – seja sob a hegemonia de A ou de B – há de se considerar, também, o poder de comunicação dos agentes sob os paradigmas mencionados com os pequenos agricultores, bem como a adesão e/ou participação destes aos projetos paradigmáticos. Isso se torna relevante à medida que parte dos pequenos agricultores ainda tem informações – ou mesmo domínio de práticas – da fase anterior à revolução verde (esta caracterizada como “modernizante” e, portanto, sob o paradigma do imediatismo-determinismo-insumos) na agricultura, e parte dos agricultores resiste, de algum modo, às orientações extensionistas sob o paradigma (agro)ecológico. Não raras vezes o extensionista comprometido com a (agro)ecologia vê-se no impasse de ter que aceitar a convivência forçada entre os paradigmas – não se trata, aqui, necessariamente, daquilo que Morin (1981) considera “transparadigmatologia” – para que se possa estabelecer um *processo pedagógico de convencimento* (não de imposição, nem de tutela) em direção ao paradigma (agro)ecológico (com a marca dos princípios epistemológicos da interdisciplinaridade e da complexidade e do princípio pedagógico da comunicação). Entre reflorestar com uma única espécie (exemplarmente o eucalipto e a acácia), de caráter basicamente comercial, sem acompanhamento do IBAMA e reflorestar diversificadamente (incluindo espécies nativas), o poder de convencimento dos extensionistas favoráveis à diversificação fica praticamente anulado. A complexidade em torno do reflorestamento aumenta vertiginosamente quando envolvemos, em nossa ampla e longa observação de campo já acumulada, a atuação dos fiscais do IBAMA (em geral paradigmáticos sem a perspectiva da razão aberta) que, apesar das boas intenções, ao invés de co-produzirem – pelo menos – a adesão ao paradigma (agro)ecológico, acabam por aumentar a resistência ao mesmo. Nesse caso a “transparadigmatologia” (MORIN, 1981) contribuiria em favor da despositivização tanto dos extensionistas/fiscais quanto dos pequenos agricultores. A teoria da “curvatura da vara” (LÊNIN *apud* SAVIANI, 1985), aqui, perde, efetivamente, espaço na práxis pedagógica de formação continuada dos extensionistas rurais e pequenos agricultores.

No cenário por nós observado – a região do Vale do Rio Pardo, RS – constata-se, facilmente, que o aumento da cobertura vegetal

com espécies nativas, hoje, deve-se muito mais à diminuição da capacidade de trabalho nas pequenas propriedades familiares, seja pelo abandono do meio rural pelos filhos dos pequenos agricultores, pela diminuição expressiva do número de filhos, ou pelo envelhecimento daqueles que permaneceram na atividade de produção agrícola, do que pela efetividade da atuação paradigmática da instituição IBAMA. Nesse caso, a naturalização da natureza se deve mais propriamente à diminuição da força de trabalho do que às mediações educativas das instituições de extensão rural e de vigilância da natureza. Aliás, as mediações educativas associadas ao princípio pedagógico da comunicação (sentido freireano) são conteúdo permanente para educar o educador (no caso, exemplarmente o extensionista – e, possivelmente, o vigilante). No contraditório espaço-tempo institucional é possível, no entanto, a realização de projetos pedagógicos que apresentam, a nosso ver, a marca da despositivização por nós evocada no presente trabalho.

Assim, pelo depoimento do Eng. Agrônomo Boemeke, constatamos o endosso institucional consciente do CAPA ao paradigma (agro)ecológico, que implica, entre outros, a superação do individualismo em grande parte arraigado entre as famílias de pequenos agricultores, bem como em grande parte da prática extensionista. Afirma Boemeke: “Nós trabalhamos em grupos. Isso para nós é uma marca. O CAPA quer trabalhar sempre em grupos de agricultores. E nós sabemos que tem problemas da porteira para dentro...”. Perguntado sobre o que define um grupo, Rogério respondeu:

É um grupo de interesses [de] discutir aquilo que o CAPA tem como filosofia, como princípios de trabalho. Então esse interesse é trabalhado. A gente faz contatos e tenta junto ao grupo ver das potencialidades, das curiosidades, da realidade objetiva dessas famílias e, a partir daí, começar a estabelecer uma relação de seqüência de trabalhos que, dependendo do grupo [...] ela é mais intensa ou menos intensa. O CAPA apela sempre para a questão da organização de grupos [...].

Também o trabalho por parte dos extensionistas do CAPA é realizado em grupo. Quanto a isso, Boemeke assim se expressa: “Acre-

ditamos que isso [a constituição de equipes] ajudaria na reflexão do trabalho: não mais um técnico isolado, mas equipes que pudessem contribuir na reflexão e nas orientações de todo o trabalho junto a agricultores”.

As instituições contatadas reconhecem a importância e mesmo a imperiosidade de uma atuação interinstitucional e grupal, preferencialmente de caráter interdisciplinar. Por isso, na região em torno do Município de Santa Cruz do Sul, RS, o conceito Microbacia se constituiu em “tema gerador” (FREIRE, 1980) para a discussão sobre a produção agropecuária e para a formulação de projetos e estabelecimento de políticas para o meio rural. Tal aceitação, acreditamos, é vital para a afirmação do paradigma (agro)ecológico, uma vez que a relação homem-natureza, por meio do trabalho, em espaços loco-regionais somente ganha a devida *racionalidade* (despositivizada) quando superar as fronteiras de posse de terra e de redoma disciplinar e/ou institucional. Trata-se, no caso, do reconhecimento do necessário diálogo de mulheres e de homens com a natureza e de mulheres-homens entre si, implicando uma transparadigmatologia que possa realizar também a comunicação sob um novo conceito no mundo do trabalho rural. A extensão rural, aqui, ganha sentido à medida que se ponha como um amplo e qualificado processo de comunicação aberta entre saberes, disciplinas, sujeitos institucionais e pessoais de modo a realizar, através do trabalho, tanto o homem quanto a natureza.

Enfim, a (agro)ecologia enquanto possibilidade de crítica radical à positivização da relação trabalho-educação no meio rural.

Como o *conceito* também transforma, concluímos afirmando o conceito de *qualidade biológica superior* (BOEMEKE, 1998), que se confronta com a noção e os critérios da “qualidade total” formal e aguerridamente buscada pelas grandes agroindústrias capitalistas, nacionais ou multinacionais. A qualidade biológica superior implica a superação do paradigma do imediatismo-determinismo-ínsumos (JANTSCH, 1997) e, portanto, da práxis positivizada na relação trabalho-educação no meio rural. A quebra paradigmática (no caso a

despositivização) implica, por sua vez, a crítica aos defensores do mercado enquanto um ente “inteligente” que estabelece “sabiamente” a qualidade dos alimentos. O mercado sob a tutela capitalista/concepção (neo)liberal, assim, perde a centralidade na definição da qualidade dos alimentos e, conseqüentemente, dos processos de produção de alimentos. Os construtos da biologia comprometida tanto com a potencialização da natureza quanto com a potencialização da sociedade (humana) – na perspectiva dos princípios da complexidade e da interdisciplinaridade, bem como da categoria da totalidade – por outro lado, estabelecem os critérios da qualidade. Em outras palavras, o paradigma (agro)ecológico assume, na expressão “qualidade biológica superior”, um conceito de natureza que rompe com o pragmatismo (utilitarista) presente nos pacotes científico-tecnológicos das grandes agroindústrias capitalistas e nas propagandas destinadas a estimular o consumo massivo – consumismo – de alimentos “cientificamente” elaborados. Nesse sentido, segundo Boemeke (1998), “produzir alimentos com qualidade é uma profissão de grande valor [...] que fica camuflada por outros valores que aí estão colocados, basicamente valores calcados no consumismo”. E continuando, quanto à natureza, Boemeke assim se expressa: “Estamos lidando com a natureza em seu espaço privilegiado. A qualidade de vida nesse meio [mundo dos pequenos agricultores] [...] poderá ganhar longe da qualidade de vida dos grandes centros urbanos”.

Isso posto, podemos afirmar que o espaço urbano, enquanto centro definidor e síntese de mulheres e homens, fica redimensionado, uma vez que as conquistas civilizatórias se presentificam também no meio (pelo menos ainda) designado rural. Continua Boemeke: “Hoje, com o avanço das comunicações, nós podemos estar em qualquer Linha, Linha Fação, Linha Antão, qualquer comunidade do interior e estar ligados com o mundo. O meio rural já não é mais um lugar de atraso, [...]”. Podemos enfim, afirmar que no espaço (ainda) designado rural, quando nele objetivarmos as conquistas civilizatórias construtoras do novo homem – omnilateral e cosmopolita (JANTSCH, 1997) – associado a uma relação homem-natureza-trabalho sob a concepção ecológica, podemos realizar uma vida de qualidade superior. A lógica positivizada do progresso desenfreado e a qualquer custo, com-

prometedor do homem e da natureza – segundo Gusdorf *apud* Siebeneichler, 1989), exercendo a “desnaturalização da natureza” e a “desumanização do homem” – fica estilhaçada de modo tal que qualquer insistência na direção do paradigma do imediatismo-determinismo-insumos toma a pecha de irracional. Sem maior necessidade de buscas empíricas – eis que as evidências são contundentes tanto nos espaços regionais quanto no espaço global – trata-se de uma irracionalidade capaz de levar o mundo à “explosão e implosão” (HOBSBAWM, 1995, p. 562).

Isto posto, no caso da intersecção do mundo de vivência específico do extensionista rural com o mundo específico da vivência do pequeno agricultor, a (agro)ecologia transparadigmatizada e, enquanto tal, comprometida com uma totalidade natural-social potencializada torna-se conteúdo privilegiado: a) para realizar a comunicação entre sujeitos diferentes entre si e destes com a natureza em sua complexa expansividade; b) para realizar a racionalidade educativa despositivizada na relação trabalho-educação-rural e c) para instituir uma realidade natural-social sem os múltiplos mutilamentos próprios do paradigma do imediatismo-determinismo-insumos. Enfim, no tocante à especificidade aqui pensada, a (agro)ecologia torna-se conteúdo permanente e central na formação ampla e continuada dos sujeitos pequeno agricultor e extensionista rural e, no que se refere à genericidade, constitui-se em fundamento vital para qualquer projeto de desenvolvimento, seja ele regional ou supra-regional, tenha ele o centramento no espaço singularmente rural ou não.

E para não finalizar sem uma articulação estreita entre teoria e empiria, dizemos:

a) a contradição que expressa a positivização nos processos de construção do conhecimento e dos processos pedagógicos não impossibilita vivenciar uma racionalidade educativa despositivizada no espaço-tempo partilhado por pequenos agricultores e extensionistas rurais, embora grande parte das atividades extensionistas não têm a preocupação de construir propostas pedagógicas que exerçam a ruptura paradigmática necessária à relação trabalho-educação despositivizada no mundo vivencial do pequeno agricultor;

b) o paradigma (agro)ecológico não apenas possibilita a despositivização na relação trabalho-educação em questão, como já é

demandado por parte considerável dos pequenos agricultores junto aos extensionistas rurais (exemplarmente do CAPA e da EMATER, ambas instituições extensionistas *stricto sensu*);

c) o conceito de progresso está perdendo espaço para o conceito de desenvolvimento;

d) o conceito de desenvolvimento está incorporando, decisivamente, o conteúdo da (agro)ecologia;

e) a incorporação do conteúdo (agro)ecológico está repondo a importância da noção de região, já que o conceito (agro)ecologia significa, entre outros, a afirmação da diversidade (tanto nas instâncias da vida natural quanto nas instâncias da vida social);

f) o conceito qualidade biológica superior, concebido a partir dos construtos da (agro)ecologia – na perspectiva da complexidade – passa a ser um imperativo universal (independente de qualquer região) na atual sociedade mundial. Neste sentido, está inaugurado um promissor diálogo entre pequenos agricultores e extensionistas rurais brasileiros. É o que o depoimento sobre a relação CAPA-pequenos agricultores emblematicamente explicita.

Notas

1 Trata-se, no presente caso, de mais de dez anos de acompanhamento (estudo etnográfico) dos mundos de vivência dos pequenos agricultores e dos extensionistas rurais, incluindo (também) a realização de entrevistas gravadas e de fotografias, a coleta de boletins e de publicações de jornais loco-regionais etc. Cabe informar que a pesquisa base do presente trabalho tem caráter qualitativo. Nesse sentido, ao invés de fazermos estatísticas, interpretamos as falas e observamos as vivências, do que é exemplo emblemático a entrevista explicitada nos itens finais do presente texto.

2 Informamos que a nossa reflexão tem por base empírica a realidade dos pequenos agricultores da região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul – RS, especialmente dos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, ambos exemplares no tocante à produção rural familiar e à atuação dos extensionistas rurais, sejam ligados às agroindústrias do fumo sejam ligados às Secretarias Municipais de Agricultura, à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, à Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, à Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais etc.

3 Enfatizamos a existência de uma Fundação com esse nome. Trata-se da Fundação Gaia (com sede rural em Rincão Gaia, em Pantano Grande, RS), fundada por José Lutzenberger (falecido no presente ano), notoriamente despositivizadora da extensão rural. As atividades e o projeto político-pedagógico dessa fundação tiveram e têm grande ressonância nos mundos de vivência mencionados no presente trabalho.

4 Segundo Etges (1993, p. 18) “O cientista põe seu sistema de proposições em um contexto que lhe é estranho. O contexto estranho pode ser o mundo ambiente do senso comum, ou o de outro campo científico para o qual ele verte a sua teoria. Imediatamente verá o absurdo de certas proposições. Pela variação de contextos, porém, o cientista vai descobrindo certas estruturas de seu sistema de proposições que antes lhe ficavam inteiramente despercebidas”.

5 Quanto ao termo **cliente**, observamos que ele expressa a concepção da “filosofia” da “**qualidade total**”, programa de relação empresa-freguês – parte da atual onda neoliberal - que “eleva” o último à condição de consumidor “satisfeito”. No caso do receituário agrônomo aqui referido, o pequeno agricultor, em tese, teria que sair satisfeito - para além do atendimento mascaradamente isento de interesse próprio do paradigma institucional agro-industrial – diante das “respostas imediatas” dos insumos milagrosos adquiridos para combater os “inimigos naturais” presentes na produção agrícola.

6 O termo “sustentável” não tem um conceito unívoco em seu uso hoje generalizado. Grupos de diferentes interesses – inclusive antagônicos – têm buscado impor a sua conceituação particular ao conjunto da sociedade. O esforço das forças sociais vivas preservacionistas – dentre elas algumas ONG’S – que buscam convencer a aldeia universal sobre a procedência de sua conceituação pauta-se na concepção de uma natureza “mãe gaia”, onde natureza e homem não se dissociam. A tal encaminhamento conceitual são conseqüentes as lutas que se opõem à “desnaturalização da natureza” e à “desumanização do homem”. Já vimos que tal práxis é mais extensamente efetivável a partir do princípio da interdisciplinaridade. Ressalte-se, ainda, que esta conceituação, própria do paradigma (agro)ecológico, traz como exigência uma nova ética, que não fica nos limites da “negociação possível”, mas na intransigência da própria natureza diante das “respostas imediatas” aos supostos “inimigos da [própria] natureza”.

7 Assumimos, aqui, o seguinte conceito explicitado por Etges (1993, p. 18) “A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador de comunicação entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade”.

Referências

ETGES, Norberto J. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. **Caaderno Especial RUMOS**, n. 8, Brasília, [s.n.], 1993.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarita. 1. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANTSCH, Ari Paulo. **Pequeno agricultor e racionalidade educativa**. 1997. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. [Debates].

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Rio de Janeiro: Europa-América, 1981.

PESSANHA, José A. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. **Cadernos ANPEd**, n. 4, Porto Alegre, set. 1993, p. 7-36.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

SIEBENEICHLER, Flávio Bueno. Encontros e desencontros no caminho da interdisciplinaridade: G. Gusdorf e J. Habermas. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 98, Rio de Janeiro, jul./set. 1989, p. 153-80.

Entrevistas

BOEMEKE, Luis Rogério. Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 24 de abril de 1998.

_____. Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 21 de julho de 2002.

Abstract: This article shows the problem of a **(dis)positiveness** of the thought on the educational junction between the small farmer and the rural extensionist. For that reason, the author mainly finds the critics about the positivation of the thought which apprehends and reflects on the relation between work-education in the worlds where the small farmer and the rural extensionist live, expressing the possibility of an educational rationality (dis)positivated on the intersection of the two worlds of the living. In this sense, the concept of **biological superior quality**, apprehended by the (agro)ecology, is a paradigmatic fracture essential to the dispositivated relation work-education. **Key Words:** (Dis)positiveness, superior biological quality, complexity, communication, interdisciplinarity.